



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO DO SUL
CAU/MS**

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo de
Mato Grosso do Sul - CAU MS**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO DO SUL
CAU/MS**

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul - CAU MS

**Demonstrações contábeis
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanco patrimonial

Balanco financeiro

Balanco orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul - CAU MS, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Interno do CAU MS, Anexo à Deliberação Plenária Nº 107 DPOMS 0047-3.2015.

O Conselho está localizado na Rua Espírito Santo, nº 205, Bairro Jardim dos Estados, CEP: 79.020-080, Campo Grande - Mato Grosso do Sul.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Presidência deste Conselho em 02 de janeiro de 2017.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída;

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado, a estimativa para perdas em função do risco de crédito de clientes e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Contas a receber de anuidades

As contas a receber de anuidades são inicialmente reconhecidas pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais ativos no banco de dados do CAU MS, entretanto, os valores são ajustados aos valores efetivamente realizados/arrecadados ao final do encerramento do exercício. Quando há necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos, a administração realiza uma análise individualizado de cada caso, o que ainda não existe para o exercício social em análise. O CAU MS sabe da importância da constituição de provisão para perdas de créditos (valores a receber), no entanto os controles de acompanhamento da inadimplência, através dos relatórios gerenciais extraídos do SICCAU (Relatórios 14 e 15 do SICCAU) iniciaram muito recentemente. Como não há mensuração do histórico de inadimplência para apuração de Provisão para Devedores Duvidosos, logo que possível o CAU MS, mediante estudos analíticos, fará a composição de saldo e principalmente, de um percentual adotado.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados preponderantemente pelo almoxarifado de materiais.

3.4 Ativo Realizável a Longo Prazo

No Ativo Realizável a Longo Prazo encontram-se inscritos os valores correspondentes a

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Dívida Ativa que são formados pelo conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez. É uma fonte potencial de fluxos de caixa e é reconhecida contabilmente no Ativo Não Circulante da Entidade. Não se confunde com a Dívida Pública, uma vez que esta representa as obrigações do ente público com terceiros e é reconhecida contabilmente no Passivo Não Circulante.

3.5. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	---
Máquinas e equipamentos	5 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	5 anos
Equipamentos de Processamentos de Dados	5 anos
Instalações	5 anos
Sistemas de Processamentos de Dados	10 anos
Utensílios de Copa e Cozinha	5 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul adotou como padrão o valor Residual/Revenda o valor de 10% do valor do custo histórico do bem (custo de aquisição).

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.6. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.7. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.8. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades desenvolvidas pelo CAU MS, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.9. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

3.10. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade Pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.11. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

3.12. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- a. a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- b. os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- c. as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
- d. o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

3.13. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

Este Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

3.14. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC identificará:

- a. as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- b. os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- c. o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Esta demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Pode ser analisada, também, mediante comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Para o exercício financeiro de 2016, o risco de crédito ainda não ficou evidenciado em notas explicativas, tendo em vista o início do cômputo e apuração dos créditos a receber, oriundos das anuidades de pessoa física e jurídica, para os períodos de 2012 a 2016.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa	-	-
Banco conta movimento	7.768,83	34.206,89
Aplicações financeiras	704.063,99	792.856,87
	<u>711.832,82</u>	<u>827.063,76</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de Reais)

6. Créditos de curto prazo

	2016	2015
Contas a receber de anuidades	860.264,44	86.739,99
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-
	<u>860.264,44</u>	<u>86.739,99</u>

A Entidade registrará a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

Os valores apresentados em Contas a receber, em 31 de dezembro de 2016, se subdividem em dois grupos: os valores a receber referente a anuidades de pessoas físicas e os valores a receber oriundos de anuidades de pessoas jurídicas. Dados extraídos do SICCAU (Relatórios Financeiros 14 e 15).

Os valores a receber referente a anuidades de pessoa física e jurídica estão dispostos conforme planilha abaixo:

Contas a Receber de Anuidades (por ano)	Pessoa Física	Pessoa Jurídica
Exercício Financeiro de 2013	62.436,71	43.869,35
Exercício Financeiro de 2014	87.953,34	60.622,53
Exercício Financeiro de 2015	129.873,37	90.180,54
Exercício Financeiro de 2016	247.963,21	137.365,39
	<u>528.226,63</u>	<u>332.037,81</u>

7. Demais Créditos e Valores de curto prazo

Para o valor apresentado no subgrupo do Ativo Circulante, denominado de Demais Créditos e valores em curto prazo, a entidade registra os valores referente a adiantamento de férias (conta contábil 1.1.3.1.2.01 - Adiantamento de férias) e valores a receber proveniente de processos de ressarcimento a profissionais (1.1.3.3.3.02 - CAU/BR), por motivos de pagamento de boletos bancários em duplicidade.

Os saldos dos Demais créditos e Valores de curto prazo estão dispostos conforme planilha abaixo:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de Reais)

	2016	2015
Demais Créditos e Valores de Curto Prazo		
Adiantamento de Férias	12.298,03	12.934,82
Valores a receber junto CAU/BR	33,43	-
	12.331,46	12.934,82

Para o exercício social de 2016, a contabilidade registrou o valor acumulado para Adiantamento de Férias, no mesmo dia 28 de dezembro, os processos administrativos de férias concedidas aos funcionários Cláudio Lísias Lucchese (Processo Administrativo nº 033/2017), no valor de R\$ 10.668,99 (dez mil, seiscentos e sessenta e oito reais e noventa e nove centavos) e Juliana Moraes Nunes Evangelista (Processo administrativo nº 034/2017), no valor de R\$ 1.629,04 (Mil seiscentos e vinte nove reais e quatro centavos). Ambos os processos já estão baixados na contabilidade de janeiro de 2017.

Para os valores a receber junto ao CAU/BR, a contabilidade registrou dois processos de ressarcimento: Processo Administrativo 263/2016 (Profissional Camila Augusta Florindo) e Processo Administrativo 264/2016 (Profissional Paulo Henrique Medeiros Rostey), nos quais o motivo/justificativa do pedido era o mesmo: pagamento em duplicidade de boleto bancário (taxa RRT). Ambos os processos possuem Parecer Jurídico (Parecer Jurídico nº 230/2016 e Parecer Jurídico nº 229/2016, respectivamente) e estão representados pelos valores que são devidos pelo CAU/BR ao CAU/MS (cota parte = 20%). Os valores já foram recebidos em janeiro de 2017.

8. Ativo Realizável a Longo Prazo

O processo de Inscrição em Dívida Ativa resultou no valor disposto em Créditos a Longo Prazo (Ativo Não Circulante). Os valores apresentados constam em Relatório Gerencial Financeiro, extraído da Plataforma SICCAU (Relatórios Financeiros 14 e 15).

Os processos de inscrição e cobrança dar-se-ão durante o exercício de 2017, e para este exercício social em análise (2016), foram inscritos apenas os valores correspondentes ao exercício financeiro de 2012, para anuidades de pessoas físicas e para anuidades de pessoas jurídicas.

Os valores estão dispostos conforme a planilha abaixo:

	2016	2015
Créditos a Longo Prazo		
Anuidades de Pessoa Física*	47.593,54	-
Anuidades de Pessoa Jurídica*	30.564,18	-
	78.157,72	-

*Os valores representam apenas o exercício financeiro de 2012

Os valores inscritos em Dívida Ativa tiveram como contrapartida na contabilidade, o respectivo registro em Variação Patrimonial Aumentativa, derivado de Receitas com

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Contribuições Sociais, Anuidades de Pessoa Física e Anuidades de Pessoa Jurídica.

Lançamentos Contábeis:

D - 1.2.1.1.3.01.01.01 - Decorrente de Anuidades de Pessoa Física - Ex. Social de 2012
 C - 4.2.1.1.1.01.01.05 - Dívida Ativa PF - Principal R\$ 47.593,54*
 *valor extraído da Plataforma SICCAU, Relatório nº15.

D - 1.2.1.1.3.01.02.01 - Decorrente de Anuidades de Pessoa Jurídica - Ex. Social de 2012
 C - 4.2.1.1.1.01.01.06 - dívida Ativa PJ - Principal R\$30.564,18*
 *valor extraído da Plataforma SICCAU, Relatório nº 14.

9. Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2016	2015
Móveis e Utensílios	176.462,05	116.769,56	59.692,49	86.288,81
Máquinas e Equipamentos	147.157,42	96.557,72	50.599,70	77.426,18
Instalações	3.224,00	389,47	2.834,53	3.199,21
Utensílios de Copa e Cozinha	1.794,00	1.289,93	504,07	827,11
Veículos	92.867,60	61.039,60	31.828,00	48.544,12
Equipamentos de Processamento de Dados	131.939,72	71.325,50	60.614,22	77.408,67
Sistemas de Processamento de Dados	8.934,18	2.939,35	5.994,83	6.798,95
Obras de Arte	9.754,00	-	9.754,00	9.754,00
Total	572.132,97	350.311,13	221.821,84	310.247,05

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

O registro da Depreciação de modo automático e consequente integralização dos sistemas contábeis e patrimonial, constitui um grande avanço no controle da composição patrimonial do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul - CAU MS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de Reais)

Controladora	31.12.2015	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2016
Móveis e Utensílios	171.675,10	4.786,95	-	116.769,56	176.462,05
Máquinas e Equipamentos	147.157,42	-	-	96.557,72	147.157,42
Instalações	3.224,00	-	-	389,47	3.224,00
Utensílios de Copa e Cozinha	1.794,00	-	-	1.289,93	1.794,00
Veículos	92.867,60	-	-	61.039,60	92.867,60
Equipamentos de Processamento de Dados	125.449,82	6.489,90	-	71.325,50	131.939,72
Sistemas de Processamento de Dados	8.934,18	-	-	2.939,35	8.934,18
Obras de Arte	9.754,00	-	-	-	9.754,00
Total	560.856,12	11.276,85	-	350.311,13	572.132,97

10. Fornecedores a pagar

	2016	2015
Prestação de serviço	5.460,62	2.472,70
Fornecedor de materiais	-	-
Outros fornecedores	-	-
	5.460,62	2.472,70

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016	2015
A vencer		
Vencidos:		
Até 30 dias	1.060,62	2.472,70
De 31 a 60 dias	4.400,00	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
	5.460,62	2.472,70

Os valores com vencimento para Até 30 dias representam as despesas com Serviços de telecomunicações, Banda Larga e assinatura mensal de linhas telefônicas para o período de Dezembro de 2016 e, que já estão pagas em Janeiro de 2017.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de Reais)

Já o valor disposto para vencimento de 31 a 60 dias, representa uma despesa com a confecção de calendários para o exercício social de 2017. Como o processo iniciou em Dezembro de 2016, conforme Nota de Empenho nº 361, Fornecedor Copicad Soluções em Impressões LTDA - ME. O Processo obedeceu todo o trâmite legal, e possui Comunicação Interna nº 054/2015-2017, da Gerência Administrativa e Financeira da Entidade.

11. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Salários e encargos sociais		
Provisão para férias e encargos sociais	151.635,62	120.829,03
IRRF a recolher		
PIS e COFINS a recolher		
Outros impostos a recolher		
	<u>151.635,62</u>	<u>120.829,03</u>
Passivo circulante	157.096,24	123.301,73
Passivo não circulante	-	-
	<u>157.096,24</u>	<u>123.301,73</u>

As Provisões para riscos trabalhistas a curto prazo estão dispostas da seguinte forma:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Provisões para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo		
Férias	115.752,90	92.236,35
13º Salário	-	-
INSS sobre Férias	25.465,74	20.291,96
INSS sobre 13º Salário	-	-
FGTS sobre Férias	9.259,36	7.378,33
FGTS sobre 13º Salário	-	-
PIS sobre Férias	1.157,62	922,39
PIS sobre 13º Salário	-	-
	<u>151.635,62</u>	<u>120.829,03</u>

Estes valores estão registrados no Passivo Circulante, tendo em vista que representam obrigações desta Entidade para serem realizadas até o término do exercício financeiro subsequente a data do fechamento deste Balanço Patrimonial (31.12.2016).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de Reais)

12. Provisão para riscos processuais

A Entidade e suas controladas são parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão assim representadas:

	2016	2015
Trabalhistas	50.000,00	30.000,00
Cíveis	-	-
	<u>50.000,00</u>	<u>30.000,00</u>

A movimentação da provisão no exercício de 2016 está demonstrada a seguir:

	2015	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	2016
Tributários	-	-	-	-	-	-
Trabalhistas	30.000,00	20.000,00	-	-	-	50.000,00
Cíveis	-	-	-	-	-	-
Total	<u>30.000</u>	<u>20.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>50.000</u>

a. Natureza das contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

Contra o Conselho de Arquitetura e urbanismo de Mato Grosso do Sul estão sendo movidas duas ações trabalhistas, sendo a primeira da Autora Ângela Cristina Santos Gil Lins, Processo nº 0025552-33.2015.5.24.0006 (movido na 6ª Vara do Trabalho de Campo Grande) tendo como valor provável de realização de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), e a segundo da Autora Patrícia de Oliveira Georges, Processo nº 0024628-82.2016.5.24.0007 (movido na 7ª Vara do Trabalho de Campo

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Grande), sendo esta última num valor provável de realização de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

b. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2016 além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados nos montantes acima R\$ 50.000,00 (2015 - R\$ 30.000,00) decorrentes de causas trabalhistas e cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Entidade aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

13. Partes relacionadas

A entidade em 31 de dezembro de 2016 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há remuneração dos Conselheiros titulares e/ou Conselheiros suplentes, e dos órgãos colegiados.

Não há a concessão de benefício quanto ao uso de veículos por parte dos diretores e membros dos órgãos colegiados.

No exercício de 2016 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria.

14. Despesas por natureza

<u>Classificação por natureza</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depreciação e amortização	99.702,06	92.501,01
Despesas com pessoal e encargos	1.349.067,36	1.231.489,86
Despesas com contratação de terceiros	387.258,92	440.358,71
Despesas com diárias	129.114,16	115.168,90
Transferências concedidas	288.736,00	270.087,08
Uso de material de consumo	19.416,76	15.619,95
Impostos, taxas e contribuições	21.359,88	-
Outras variações patrimoniais diminutivas	248.754,08	231.511,45
	<u><u>2.543.409,22</u></u>	<u><u>2.396.736,96</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de Reais)

15. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	3.157.037,37	2.348.730,20
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	2.543.409,22	2.396.736,96
(=) Superávit/Déficit Patrimonial apurado do exercício	613.628,15	(48.006,76)
Resultado Orçamentário	2016	2015
Receita Orçamentária Arrecadada	2.305.355,20	2.315.236,37
(-) Despesas Empenhadas	2.424.177,42	2.320.114,71
(=) Superávit/Déficit Orçamentário Apurado do exercício	(118.822,22)	(4.878,34)
Resultado Financeiro	2016	2015
Saldo Disponível Apurado	711.832,82	827.063,76
(-) Passivo Financeiro	157.096,24	123.301,73
(=) Superávit/Déficit Financeiro Apurado do exercício	554.736,58	703.762,03

O ativo financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

O passivo financeiro é calculado a partir das contas crédito empenhado a liquidar e contas do passivo que representem obrigações independentes de autorização orçamentária para serem realizadas.

O Superávit Financeiro constitui entre a diferença positiva do ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de créditos neles vinculadas. Portanto, trata-se de saldo financeiro e não de nova receita a ser registrada. O superávit financeiro pode ser utilizado como fonte para abertura de créditos suplementares e especiais.

17. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2016, é assim demonstrada:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de Reais)

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada	
Complexo das atividades	Incêndio/ Queda de Raio/ Explosão/ Implosão acidental/ Fumaça/ Queda de aeronave - Verba Prédio e Conteúdo	1.000.000,00	
	Danos Elétricos	10.000,00	
	Quebra de vidros	3.000,00	
	Roubo e/ou subtração de bens mediante arrombamento	20.000,00	
	Vendaval/ Furacão/ Ciclone/ Granizo/ Impacto de Veículos terrestres	60.000,00	
	Veículos (frota de 3 veículos)	casco Danos Materiais (valor por veículo) Danos Corporais (valor por veículo) Morte (valor por pessoa) Invalidez Permanente (valor por pessoa) Danos morais (valor por veículo)	100% da tabela FIPE 150.000,00 150.000,00 20.000,00 20.000,00 60.000,00
	Responsabilidade civil	Responsabilidade civil operações comerciais	20.000,00
Lucros cessantes	Perda ou pagamento de aluguel a terceiros	30.000,00	
		1.543.000	

Os valores apresentado para os itens “Complexo das atividades”, “Responsabilidade Civil” e “Lucros Cessantes” estão dispostos na Apólice nº 18-34-004.421, com data de emissão de 20 de janeiro de 2017, referente ao contrato nº 82954117 / 1, proposta 5386979, contratado com a Seguradora Liberty Seguros S/A, CNPJ 61.550.141/0001-72. Apólice com vigência das 24 horas de 24 de agosto de 2016 às 24 horas de 24 de agosto de 2017.

Os valores apresentados para o item “veículos” estão dispostos de modo unitário. Portanto, para cada veículo do Conselho, os valores segurados estão dispostos por tipo de cobertura.

A apólice do item “veículos” é a de nº 01.059.131.008904, constante da renovação Versão: 08.75.00, contratada junto a HDI Seguros S.A., CNPJ 29.980.158/0052-05, proposta 97212255, e com vigência das 24 horas do dia 06 de agosto de 2016 às 24 horas do dia 06 de agosto de 2017.

Para ambas as apólices contratadas em 2016, o Corretor foi a Empresa SCUDLER ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - EPP, CNPJ 01.354.256/0001-60.

17. Relacionamento com os auditores independentes

A Entidade não contratou com seus auditores independentes outros serviços a não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, encerrados nos períodos de 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

18. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes a data do encerramento do Exercício Social de 2016, o que tornou desnecessário qualquer apontamento em Notas Explicativas de um tópico específico para Eventos Subsequentes.

Campo Grande- MS, 07 de fevereiro de 2017.

Responsáveis pelas informações:

Contador Moacir Dias Cardoso Junior
Contador do Conselho de Arquitetura e Urbanismo
de Mato Grosso do Sul
CRC/MS 012685 - O

Arquiteto e urbanista Cláudio Lisias Lucchese
Gerente Administrativo e Financeiro do Conselho
de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul
CPF 031.124.538-24

Arquiteto e urbanista Osvaldo Abrão de Souza
Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo
de Mato Grosso do Sul
CPF 081.788.101-82
